

OPINIÃO

CRÔNICAS E ARTIGOS

A Revolta da Vacina



João Batista Damasceno
professor da Uerj e doutor em Ciência Política

No início do século 20, o Rio de Janeiro era foco de diversas doenças, tais como febre amarela, febre tifoide, impaludismo, varíola, peste bubônica e tuberculose. A febre amarela e a varíola eram as principais causas de mortes. As tripulações de navios com destino a Buenos Aires, que paravam para desembarque de passageiros, por medo, não desciam. O Rio de Janeiro já foi a Cidade Pestilente. Somente mais tarde tornou-se Cidade Maravilhosa.

Em 1902 foi eleito o presidente Rodrigues Alves e nomeou Pereira Passos para prefeito, para reurbanizar e sanear a cidade, e o médico Oswaldo Cruz para diretor da Saúde Pública. Assim, iniciaram-se grandes obras, alargamento de ruas, avenidas e o combate às doenças. Tal como as grandes obras para os Jogos do PAN em 2007, Jogos Militares de 2011, Olimpíadas de 2012 e Copa da FIFA de 2014 a população pobre foi desrespeitada e seus casebres e cortiços demolidos, restando-lhe ocupar os morros e incrementar as favelas.

As demolições acentuaram a crise habitacional e encareceram os alugueis. O médico Oswaldo Cruz impôs vacinação obrigatória contra a varíola e os agentes de Saúde saíam acompanhados da polícia submetendo as pessoas à vacinação forçada. A campanha de saneamento e vacinação se realizou com extremo autoritarismo. As casas eram invadidas e vasculhadas.

Além de não ter havido qualquer campanha para esclarecer sobre a importância da vacina e da higiene, políticos, militares de oposição e religiosos fizeram campanha contra a vacina. Difundiam boatos, ironizavam os cientistas e duvidavam da eficácia do remédio. A boa fé e ignorância do povo foi largamente explorada.

No início do século 20, as pessoas se vestiam cobrindo todo o corpo. Daí que os religiosos propagaram era imoralidade expor os braços das mulheres para lhes aplicar a injeção. Os líderes religiosos costumam estar do lado errado da história. Foram eles que crucificaram Cristo. Pilatos, o governador Romano, apenas lavou as mãos diante da morte de quem deveria ter a vida preservada.



ARTE PAULO MÁRCIO

“O STF declarou válidas as restrições a quem não se vacinar e rejeitou recurso para desobrigar pais a vacinarem os filhos”

Desde a Regência, em 1837, entre os reinados de D. Pedro I e D. Pedro II a vacina contra a varíola era obrigatória para crianças. No Segundo Reinado, de D. Pedro II, em 1846, foi instituída a obrigatoriedade para adultos. Mas esta obrigatoriedade não era cumprida, pois a produção da vacina em escala industrial no Rio de Janeiro somente começou no final do Império, em 1884.

Incentivados por líderes oportunistas e desconfiados com o governo por causa das remoções, a população saiu às ruas contra os agentes da Saúde Pública e a polícia entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904. O Rio de Janeiro foi transformado numa praça de guerra com bondes derrubados e edifícios depredados. O movimento foi contido e a obrigatoriedade foi substituída por restrições a direitos para quem não se vacinasse. Somente quem comprovasse ser vacinado poderia celebrar contrato de trabalho, ser matriculado em escolas, casar e viajar.

Se a história acontece e se repete, na primeira vez é tragédia e na segunda é

farsa. E a farsa não é produzida pelos opositores do governo contra os interesses da população, mas pelo próprio governo que deveria velar pelo interesse público. Mas, o STF proferiu esta semana importantes decisões. Declarou que estados e municípios podem importar vacina de países que já as aplicam, se a Anvisa, politizada, não liberar o registro no prazo, declarou válidas as restrições a quem não se vacinar e rejeitou recurso para desobrigar pais a vacinarem os filhos. As companhias aéreas já anunciam que não transportarão quem não tiver se vacinado. Outras empresas também poderão impor restrições.

Vacina é palavra derivada de vaca, de onde eram retirados líquidos imunizadores. Em 1904 as pessoas foram incentivadas a rejeitá-la porque foi difundido o boato de que quem se vacinava ficava com feições bovinas. É estranho ver no século XXI pessoas agindo com irracionalidade animal, em tempo de fácil apreensão de conhecimentos científicos, tal como gado a caminho do matadouro.

Entre vacina e colapso estatístico

Luanda Botelho, Bruno Perez e Dalea Antunes
Coordenadores do Sindicato Nacional de Trabalhadores do IBGE - Núcleo da Avenida Chile

O mundo ainda conviverá com os efeitos socioeconômicos da pandemia durante um longo período, mesmo que a tão aguardada vacina contra a covid-19 esteja próxima de se tornar realidade. No Brasil, o processo será particularmente desafiador, em virtude da perspectiva de um panorama sem precedentes na apuração, identificação e constatação do aumento da histórica desigualdade social do país.

Para que os recursos destinados às políticas públicas de mitigação sejam utilizados de forma efetiva, é imprescindível a disponibilidade de dados estatísticos atualizados e relevantes. Isso torna ainda mais urgente a realização do Censo Demográfico 2021, cuja preparação vem sendo prejudicada desde antes da pandemia, em virtude de cortes orçamentários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo programa.

O contingenciamento de recursos anunciado pelo Ministério da Economia, no ano passado, veio acompanhado de mudanças significativas no formato da pesquisa,

“A defesa do corte orçamentário no Censo 2021 em nome do rigor com gestão de recursos não faz sentido e chega a ser contraditória”

que sofreu uma redução drástica de temas abordados no questionário a ser aplicado. Alguns deles diretamente afetados pela pandemia, como renda, imigração, tempo de deslocamento para o trabalho, gastos com aluguel e posse de bens.

O adiamento do Censo Demográfico para 2021, embora necessário e inevitável, provocou uma interrupção no processo de planejamento com graves consequências de natureza operacional. Os desafios a serem superados pelo programa no contexto da covid-19 tornam-se ainda mais complexos quando levado em consideração o contingente de 200 mil recenseadores envolvidos no programa.

A defesa do corte orçamentário no Censo 2021 em nome do rigor com gestão de recursos não faz sentido e chega a ser contraditória, uma vez que atinge um programa que tem na sua essência fornecer subsídios na aplicação dos recursos gerados a partir dos impostos pagos pelos contribuintes, em seu próprio benefício. A quem realmente interessa o “apagão” estatístico?

Expectativa para o próximo ano é positiva



Renato Las Casas
dir. comerc. empresa de revestimentos Ecogranito

De um começo de ano repleto de incertezas, a uma reta final com balanço positivo. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) detalham que a construção civil permanece em crescimento e, pelo terceiro mês consecutivo, registrou índices positivos na atividade e no emprego. Para trabalhadores da área o crescimento é animador e representa oportunidades para o futuro pós-pandemia.

A curva positiva confirma a tendên-

cia de expansão da construção civil e aponta para uma superação completa do impacto inicial da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Os resultados positivos, em grande parte, se devem à rápida adoção de medidas de contenção, que minimizou os danos no setor, bem como ao aumento do investimento em tecnologia e comunicação.

Entre julho e agosto deste ano, o Índice de Confiança do Empresário da Construção já havia despontado para 7,7 pontos, ultrapassando a marca que indica o início de um cenário confiante. E o índice que avalia a disposição para investir no setor também aumentou.

Entre as medidas preventivas que

“A curva positiva confirma tendência de expansão da construção civil e superação da crise”

possibilitaram a continuidade das obras e reduziram os prejuízos financeiros para as empresas, estão a adoção do distanciamento social e de outras atitudes recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), além da adesão a práticas sustentáveis.

Alternativas ambientalmente corretas são importantes não só em momentos de crise, mas também para a redução de gastos e aumento da produtividade em diversos segmentos. A visão sustentável é uma tendência que está se tornando cada vez mais popular no mercado empresarial e será um dos principais alicerces para o desenvolvimento e avanço do setor de construção ao longo dos próximos anos.

O DIA DISQUE REDAÇÃO: 2222-8069 E 98921-1888 **ASSINATURA E ATENDIMENTO AO LEITOR:** 2222-8600/2222-8650/2222-8651

EDITOR-CHEFE
Aloy Juplira

EDITOR-EXECUTIVO
Bruno Ferreira

DEPARTAMENTOS:
Agência O DIA: E-mail: agencia@odia.com.br. Venda de fotos e textos: 2222-8021, 2222-8560 e 2222-8265
Fax Diretoria: 2507-1038

Parque Gráfico: 3891-6000. Av. Dom Hélder Câmara, 164 Benfica **Gerência Industrial:** 3891-6002 **Gerência de Circulação e Logística:** 3891-6005
Preço de venda em banca: RJ, MG, SP e ES: R\$ 1,50 (dias úteis) e R\$ 3 (domingos). Distrito Federal: R\$ 3,60 (dias úteis) R\$ 4,40 (domingos). Demais estados: R\$ 4,20 (dias úteis) R\$ 5,10 (domingos)

Exemplares atrasados: Capital: Preço de capa - Demais localidades: preço de capa + postagem. Mais informações: Tels: (21) 2222-8086/2222-8136 - Central de Promoções - Av. Dom Hélder Câmara 164 Benfica, (Parque Gráfico O DIA) - das 9h às 17h.

São Paulo: Avenida Irajá 300 - Sala 306 - Indianópolis. CEP: 04082-000. Tels: 11 94704-2393 / 11 99623-7645 / 11 99973-8313

Brasília: Tel: (61) 9920-91891.

Promoções: promocoes@odia.com.br

Classificados: 2532-5000/2222-8652/2222-8653/2222-8654/2222-8655/2222-8656
- De 2ª a 5ª das 9 às 18h e 6ª das 9h às 19h. Todos os cadernos de classificados somente circulam na cidade do Rio e no Grande Rio.

Anúncios de Noticiário: 2222-8191 / 2222-8631 / 2222-8388. Anúncios para o Interior: 2222-8279 - Negociações com agência: 2222-8388 Outros estados: 2222-8279 - De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Atendimento ao jornalista: 3891-6012 - De 2ª a 6ª, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 17h.

Editora O DIA LTDA. Rua dos Inválidos 198, 2º andar, Lapa- CEP: 20.231-048 - Rio de Janeiro - RJ.

O DIA é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).